

Adunicamp

ASSEMBLÉIA MANTEM O INDICATIVO DE GREVE

A Assembléia Geral da ADUNICAMP, realizada no último dia 19 de setembro, teve a participação de 46 docentes. Mesmo depois de uma semana turbulenta (morte do prefeito Antonio da Costa Santos e dos atentados terroristas nos Estados Unidos) e de dois adiamentos, o quorum foi bastante positivo. Na ocasião foram aprovadas as seguintes propostas:



Docentes durante Assembléia no dia 19/09/2001.

1) Manutenção do indicativo de greve.

2) **Indicativo** para o Fórum das Seis de paralisação no dia três de outubro, pela definição de uma política salarial e pela defesa da universidade pública, com atividades no campus. A definição dessa data tem como objetivo realizar manifestações nas universidades públicas paulistas, concomitantemente à “2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção do Ensino Público”, que será realizada em Brasília.

3) Organizar abaixo-assinado contra a guerra.

4) Organizar, com outras entidades do movimento social e popular, ato público pela vida e contra a guerra.

O STU, durante assembléia no dia 20 de setembro, também aprovou o **indicativo** de paralisação para o próximo dia três de outubro.

Na última Reunião de Negociação (05/09), não houve nenhum avanço. O CRUESP simplesmente estacionou na defesa do patamar de 24,6 bilhões de

reais de arrecadação de ICMS como limite, a partir do qual, poderá conceder reajuste salarial neste semestre. Os reitores também manifestaram a intenção de realizar uma nova Reunião de Negociação em outubro, apostando na desmobilização da categoria. Uma maneira de simular, sem pretender negociar de fato.

O Fórum das Seis já deu demonstrações de que permanece disposto a negociar. O limite de arrecadação de 23,2 bilhões de reais, definido inicialmente pelas entidades, foi acrescido de 500 milhões, correspondentes ao décimo terceiro salário não previsto no orçamento da UNESP. É um limite que oferece ampla garantia de equilíbrio financeiro às universidades. Mesmo assim, os reitores não cedem e insistem em manter como piso o valor correspondente à previsão de arrecadação para todo o ano 2001.

Não podemos ceder ao jogo do CRUESP. Precisamos continuar mobilizados. Somente desse modo poderemos garantir a definição de uma política salarial mais satisfatória para esse semestre.

ATO PÚBLICO PELO FIM DA IMPUNIDADE E DA VIOLÊNCIA

Dia 24/09, às 17h00, no Largo do Rosário

Organização: Prefeitura Municipal da Campinas

Apoio: ADUNICAMP, STU, DCE, APG, UNICAMP

PARTICIPE!

ADUNICAMP APOIA ATO PÚBLICO PELO FIM DA IMPUNIDADE E DA VIOLÊNCIA

Hoje (24/09) é dia de protestar! Protestar contra a violência e exigir o fim da impunidade. A partir das cinco da tarde será realizado um grande ato público no Largo do Rosário. O objetivo é o de cobrar dos órgãos competentes uma apuração rigorosa e meticulosa do assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT. E, também, sensibilizar o Governo do Estado para a questão da

violência, solicitando mais segurança para a Região Metropolitana de Campinas.

O ato está sendo organizado pela Prefeitura de Campinas e conta com o apoio da ADUNICAMP e de vários setores da sociedade. Um abaixo-assinado, que será enviado ao governador Geraldo Alckmim (PSDB), pode ser assinado na sede da ADUNICAMP e do STU. **Participe!**

AUMENTA ADESÃO À GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Os docentes das universidades federais continuam em greve. E a adesão da categoria vem aumentando. Segundo levantamento divulgado na semana passada pelo Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Superior (ANDES-SN), todas as 39 universidades, os cinco Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e parte das oito faculdades isoladas aderiram ao movimento. Para o presidente do ANDES-SN, Roberto Leher, 95% dos 530 mil alunos estão sendo afetados. A paralisação só não atingiu setores de emergência das universidades (hospitais) e pesquisas que envolvam a manipulação de seres vivos.

Na semana passada (dia 13/09), foi realizada uma reunião entre a secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, e representantes do ANDES-SN. Durante o encontro, a secretária declarou que as reivindicações da categoria estão fora do limite de negociação com o MEC. Nada ficou definido.

Os professores pararam as atividades, em todo o país, desde o dia vinte e dois de agosto. Os funcionários técnico-administrativos das universidades já estavam em

greve, iniciada em vinte e cinco de julho.

A categoria reivindica reajuste salarial linear de 75,48%, manutenção do regime jurídico único de trabalho (que garante a estabilidade no emprego, entre outros benefícios) e a derrubada de alterações que estão previstas pelo MEC no plano de aposentadoria. Os servidores federais não recebem aumento linear desde 1995.

Os docentes também querem a manutenção da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) e a incorporação ao salário. Outra reivindicação é a alteração na GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e na GID (Gratificação de Incentivo à Docência), que nos CEFET's não são repassadas na totalidade para o salário dos aposentados. Uma exigência específica do ANDES-SN é a contratação de oito mil professores para suprir o atual déficit.

No próximo dia três de outubro, está prevista para ser realizada em Brasília a "2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública", com o lema: "ou a gente marcha, ou a gente dança".

INCIDENTE ENTRE DOCENTES E POLICIAIS NO CAMPUS

No último dia quatro de setembro, a ADUNICAMP foi informada sobre um incidente ocorrido perto do IFCH, envolvendo dois docentes da Unidade e policiais militares. Os professores, ao perceberem a presença de uma viatura com dois PM's armados, no estacionamento do Instituto, perguntaram aos policiais as razões para tal situação. Essa iniciativa gerou constrangimentos para ambas as partes.

A diretora associada do IFCH, professora Rita Morelli, ao tomar conhecimento do caso, enviou ofício ao prefeito do campus, professor Orlando Fontes Lima Júnior, que, por telefone, a informou que havia recebido queixa dos policiais por desacato. O prefeito ainda afirmou que a presença da polícia na Universidade era necessária.

Os policiais registraram, no 7º Distrito Policial, boletim de ocorrência contra os professores, alegando crime de injúria.

No dia 14 de setembro, a ADUNICAMP enviou ofício à reitoria, solicitando esclarecimentos sobre a presença de policiais no campus, uma vez que o assunto não foi discutido com a comunidade.

Esse episódio toca numa questão extremamente complexa e delicada para todos nós. O problema da segurança no campus tornou-se premente nos últimos tempos. Porém, precisamos tomar cuidado com as soluções apressadas. É necessário a abertura imediata de um amplo debate que envolva toda a comunidade para a definição de um plano de segurança adequado às nossas peculiaridades.

2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

dia 3 de outubro / Brasília - DF

"OU A GENTE MARCHA, OU A GENTE DANÇA"